

KT

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)

Ano de referência: 2025

Responsável: Direção

1. Enquadramento

O presente Relatório de Avaliação Anual é elaborado no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) do Centro de Estudos de Fátima, em cumprimento das disposições legais aplicáveis e das orientações emanadas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

O relatório tem como finalidade proceder à avaliação do grau de execução das medidas preventivas previstas no PPR, bem como analisar a eficácia dos mecanismos de controlo implementados durante o período em avaliação.

A presente avaliação incidiu sobre todas as áreas e processos identificados no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Centro de Estudos de Fátima, abrangendo os procedimentos administrativos, financeiros, operacionais e de gestão institucional.

O acompanhamento da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, bem como o cumprimento das obrigações legais e normativas aplicáveis, são assegurados pela Direção do Centro de Estudos de Fátima, enquanto responsável pelo cumprimento normativo.

Compete à Direção garantir a monitorização contínua das medidas preventivas implementadas, promover a cultura de integridade institucional e assegurar a atualização dos mecanismos de controlo interno sempre que necessário.

2. Objetivos da Avaliação

MT

A avaliação anual teve como principais objetivos:

- Verificar o grau de implementação das medidas preventivas previstas no PPR;
- Avaliar a eficácia dos mecanismos de controlo interno adotados;
- Confirmar a adequação das medidas corretivas identificadas;
- Identificar eventuais necessidades de revisão ou atualização do Plano;
- Reforçar a cultura institucional de integridade, transparência e conformidade.

2.1. Avaliação por Área de Atividade

A. Administração e Direção

Nesta área, o foco incidiu na integridade dos atos administrativos e financeiros de topo.

- **Admissão de Alunos:** O risco de vantagem indevida foi mitigado pelo cumprimento estrito do sistema de seriação e decisões coletivas. **Estado: Implementado.**
- **Certificações:** Implementada a dupla verificação (Chefe de Serviços e Diretor Pedagógico), garantindo a autenticidade documental. **Estado: Implementado.**
- **Remunerações:** A segregação de funções entre o gabinete de contabilidade (processamento) e a Direção (verificação/pagamento) eliminou abusos de poder. **Estado: Implementado.**
- **Aquisição de Bens/Serviços:** Aplicação das regras de contratação pública e júris externos à administração para evitar favorecimentos. **Estado: Implementado.**

B. Operacional (Ensino)

Área dedicada à transparência do percurso escolar e gestão de recursos pedagógicos.

- **Avaliação de Alunos:** Mitigação de riscos de falsificação ou abuso através do rigor nos conselhos de turma e auditoria de atas pela Direção Pedagógica. **Estado: Implementado.**
- **Horários Letivos:** Utilização de critérios objetivos e cumprimento do CCT para garantir a equidade. **Estado: Implementado.**

AT

- **Reprografia:** Controlo de acesso físico e verificação de incompatibilidades para evitar a divulgação de testes. **Estado: Implementado.**

C. Serviços e Suporte (Secretaria e Tesouraria)

Área com maior fluxo de valores e interação com fornecedores.

- **Compras de Consumo:** Implementada a consulta de múltiplos orçamentos e separação entre quem orçamenta e quem decide. **Estado: Implementado.**
- **Pagamento de Despesas:** Controlo rígido via suporte documental (faturas) e conciliação bancária sistemática. **Estado: Implementado.**
- **Conferência de Valores:** Verificação diária por folhas de caixa pelo Chefe de Secretaria e monitorização mensal externa. **Estado: Implementado.**
- **Receção de Mercadorias:** Cruzamento de notas de encomenda com faturas e análise de histórico de consumo/stocks. **Estado: Implementado.**

3. Metodologia

A elaboração do presente relatório baseou-se:

- Na análise dos procedimentos internos em vigor;
- Na verificação documental dos mecanismos de controlo implementados;
- Na monitorização das atividades e processos identificados como suscetíveis de risco;
- Na avaliação do cumprimento das medidas preventivas definidas no PPR;
- Na recolha de informação junto dos responsáveis pelas diferentes áreas funcionais.

A avaliação efetuada permitiu aferir o nível de execução das medidas previstas e o respetivo impacto na mitigação dos riscos identificados.

4. Avaliação da Implementação das Medidas Preventivas

Na sequência da análise realizada, conclui-se que todas as medidas preventivas previstas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foram devidamente implementadas.

AT

Verificou-se:

- A aplicação efetiva dos procedimentos de controlo interno definidos;
- A segregação adequada de funções nos processos administrativos e financeiros;
- O cumprimento das regras de autorização e validação de procedimentos;
- A manutenção de registos documentais e mecanismos de rastreabilidade;
- A observância dos princípios da transparência, imparcialidade e responsabilidade;
- O acompanhamento regular das atividades consideradas de maior exposição ao risco.

As medidas implementadas revelaram-se adequadas e proporcionais à natureza, dimensão e atividade desenvolvida pelo Centro de Estudos de Fátima.

5. Avaliação das Medidas Corretivas

Durante o período em avaliação foram identificadas medidas corretivas associadas ao reforço contínuo dos mecanismos de prevenção e controlo.

Após análise efetuada, conclui-se que:

- As medidas corretivas identificadas foram devidamente consideradas;
- Não foram detetadas situações de incumprimento relevantes;
- Não se verificaram ocorrências que justificassem alterações substanciais ao Plano em vigor;
- Os procedimentos atualmente implementados mantêm-se adequados e eficazes face aos riscos identificados.

Desta forma, considera-se não existir necessidade de proceder à alteração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas nesta fase.

6. Situações de Risco e Ocorrências

RT

No período em análise:

- Foi identificada uma situação potencial de conflito de interesses associada ao facto de uma colaboradora da área de reprografia ter uma filha a frequentar o Centro de Estudos de Fátima desde 01/09/2025.
- Em virtude dessa situação, foram adotadas medidas preventivas e de controlo destinadas a salvaguardar a confidencialidade da informação e a prevenir qualquer possibilidade de divulgação indevida de testes ou outros elementos de avaliação;
- Foram reforçados os procedimentos internos de acesso, manuseamento e reprodução de documentação pedagógica sujeita a confidencialidade;
- As medidas implementadas revelaram-se adequadas, não se tendo verificado qualquer ocorrência de divulgação indevida ou incumprimento dos deveres de confidencialidade;
- Não foram identificadas situações de corrupção ou infrações conexas;
- Não foram registadas participações ou denúncias relacionadas com práticas irregulares;
- Não foram detetadas falhas significativas nos mecanismos de controlo interno;
- Não ocorreram situações suscetíveis de comprometer os princípios de integridade e transparência institucional.

Os mecanismos de prevenção e monitorização implementados demonstraram-se eficazes na mitigação dos riscos identificados no PPR.

7. Conclusões

Da avaliação realizada conclui-se que o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Centro de Estudos de Fátima se encontra devidamente implementado e operacional.

As medidas preventivas previstas foram integralmente executadas, verificando-se a adequação dos mecanismos de controlo e monitorização existentes.

As medidas corretivas identificadas foram analisadas e consideradas suficientes, não se verificando, à presente data, necessidade de introdução de alterações ao Plano.

O Centro de Estudos de Fátima mantém o compromisso institucional com os princípios da legalidade, integridade, ética, transparência e boa gestão, assegurando a continuidade da monitorização e melhoria contínua dos seus procedimentos internos.

8. Aprovação

O presente Relatório de Avaliação Anual foi elaborado para efeitos de acompanhamento e monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Centro de Estudos de Fátima.

Fátima, 30 de abril de 2026

A Direção



Centro de Estudos de Fátima – CEF
NIF: 501 955 151
secretaria@cef.pt